



25 de Outubro de 2017

*O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem*

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**



## **MP QUE CRIA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO É APROVADA EM COMISSÃO MISTA**

A Medida Provisória (MP) 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), foi aprovada nesta terça-feira (24) pela comissão mista que analisou a matéria. A medida integra a reformulação do marco legal da mineração. O texto aprovado é o projeto de lei de conversão proposto pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

— Nossa intenção é criar uma agência que tenha estrutura para atender as demandas dos trabalhadores e das empresas do setor mineral. Será uma agência altamente superavitária. Nunca faria ‘teatro’ criando uma agência só para trocar o nome de DNPM para ANM — destacou Quintão.

Entre as mudanças na MP original, estão novos critérios de cálculo da Taxa de Gestão de Recursos Minerais (TGRM), inicialmente denominada Taxa de Fiscalização de Atividades Minerárias. Quintão propôs o pagamento da taxa conforme o porte do empreendimento, com base no faturamento anual do exercício anterior.

— A lógica é: quem fatura mais, paga mais e quem fatura menos e explora área menor, paga menos — explicou.

O valor da taxa varia de R\$ 600 a R\$ 2,8 milhões, dependendo da fase em que se encontra o empreendimento mineral (pesquisa, concessão, licenciamento ou permissão). O texto recebeu mais de 100 emendas, e o relator acolheu parcialmente 25 delas. A maior parte sugeria mudanças na taxa. O relator também alterou no projeto de lei de conversão os cargos que compõem a estrutura organizacional da ANM para garantir cargos de direção comissionados.

— O governo reduzia cargos comissionados na proposta original, mas isso inviabilizaria a ocupação de cargos de direção — justificou.

A proposta aprovada pela comissão mista também estabelece que a ANM deverá comunicar à autoridade policial competente a ocorrência de extração mineral

ilegal ou de lavra não autorizada, para fins de apreensão das substâncias minerais, bens e equipamentos.

— Entendemos que essa alteração possibilita uma atuação mais segura para a fiscalização da ANM — argumentou o relator.

Outra emenda aprovada prevê que no desempenho de suas funções, a ANM poderá delegar, mediante convênio, competências a Estados e Municípios e deverá atuar articuladamente com os órgãos e entidades federais, estaduais, distrital e municipais.

A medida segue para apreciação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

**Fonte: Agência Câmara Notícias**

**Data: 24/10/2017**



## **PARA ADVOGADOS, REGRAS AO MENOS REDUZEM INCERTEZAS**

O texto do novo marco regulatório da mineração foi recebido pelo setor de modo controverso, mas ao menos especialistas são unânimes em afirmar que sua existência já resolve um problema que se arrastava há anos: a incerteza dos investidores sobre o que estava por vir.

Há pelo menos cinco anos uma mudança na regulação mineral é debatida entre governo e setor privado. Recentemente, Afonso Sartorio, sócio de mineração da consultoria EY (ex-Ernst & Young), disse ao **Valor** que, apesar da perspectiva de aumento ao redor do mundo das fusões e aquisições no setor, o Brasil ficava para trás. Um dos motivos era exatamente a incerteza em relação ao marco.

Para Ricardo Marques, da KPMG, como o texto é recente e ainda não se tornou lei, é cedo para avaliá-lo. "Mas o que retinha mais a atratividade era a incerteza, se iria elevar os royalties ou não, qual a alíquota, se seria aprovado ou não", opina. "A proposta anterior, de 2013, era muito ruim. Só nesse sentido é um tremendo avanço", diz Bruno Werneck, sócio do escritório de advocacia Mattos Filho. "O nível de insegurança que ele trazia era brutal, quem fazia pesquisa não tinha a garantia de que iria explorar. Isso assustou investidores."

Um dos pontos considerados positivos pelos especialistas foi a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM). "É um consenso que o DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral], apesar da capacidade técnica, possui problemas estruturais e até de financiamento", comenta Marques. A medida, porém, divide opiniões. O setor não aprovou o fato de que algumas atribuições não passarão para a ANM.

Já a nova base de cálculo da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) é a mais rechaçada. Mineradoras e especialistas veem a proposta como problemática. Como a incidência do royalty passou da receita líquida para a bruta, a contribuição agora será adicionada a outros custos, como de transporte.

Fernando Scaff, advogado e professor da USP, aposta que o texto pode ser inconstitucional. O não abatimento do transporte deve punir as minas mais distantes e arrisca ferir o princípio da isonomia. "O governo perdeu a chance de dar outro

tratamento à Cfem, de não torná-la estratégica para incentivar a pesquisa", diz Scaff, há 20 anos trabalhando para o setor.

Mas, para uma fonte, dificilmente o argumento da inconstitucionalidade vai prevalecer. Ela lembra que o governo tem total liberdade para definir a incidência e o tamanho da alíquota.

**Fonte: Valor**

**Autor: Renato Rostás**

**Data: 23/10/2017**



## **PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DA VALE ATINGE RECORDE DE 95,111 MILHÕES DE T**

A Vale atingiu uma produção recorde de minério de ferro no terceiro trimestre do ano, com um volume de 95,111 milhões de toneladas, aumento de 3,3% em relação ao observado no mesmo período do ano passado. Ante o trimestre imediatamente anterior, a expansão foi de 3,6%.

Segundo a companhia, em seu relatório de produção, a maior produção é explicada pelo aumento do volume de seu projeto S11D e ainda pela melhor performance operacional no Sistema Norte. A companhia frisa que o projeto avança conforme o planejado.

Por outro lado, a mineradora observa que as vendas no intervalo entre julho e setembro foram menores do que o nível de produção, o que elevou os estoques no período analisado. A empresa explica, porém, que esse resultado foi desejado para poder cumprir com suas necessidades operacionais e com as estratégias de mercado. A Vale destaca que o percentual de estoques no período chegou em 30%, ante uma média no passado de 15%, e que a expectativa é manter esse nível de estoque até o fim do ano.

Ainda como estratégia, a Vale destaca que os volumes de minério blendados (misturados) na Ásia somaram 19,3 milhões de toneladas no terceiro trimestre, 10,2 milhões de toneladas a mais do que o visto um ano antes. A companhia quer aumentar sua flexibilidade.

A Vale lembra que, como já anunciado, a produção de minério de ferro de alta sílica dos Sistemas Sul e Sudeste foi reduzida em uma quantidade anualizada de 19 milhões de toneladas, o que levará com que a produção em 2017 de minério de ferro fique próxima de 360 milhões de toneladas. A Vale havia colocado como meta um intervalo entre 360 milhões de toneladas e 380 milhões de toneladas. Para sua produção de longo prazo, a companhia reitera a projeção de um volume de 400 milhões de toneladas.

No acumulado dos nove meses do ano, a produção de minério de ferro da Vale atingiu 275,159 milhões de toneladas, um aumento anual de 6,5%.

O teor médio de ferro no período foi de 64,1%, um pouco maior do que o visto no trimestre imediatamente anterior, que foi de 63,8%. "O aumento é resultante da redução de produção dos produtos de alta sílica e da estratégia da Vale de melhorar

a realização de preço do minério de ferro”, destaca a companhia em seu relatório de produção.

### **Pelotas**

A produção de pelotas pela Vale no terceiro trimestre do ano foi de 12,766 milhões de toneladas, aumento de 5,8% na relação anual e de 4,5% na trimestral. No ano, a produção atingiu 37,404 milhões de toneladas, aumento de 11,3%. O volume trimestral é recorde, por conta de maior produtividade e à redução do número de paradas para manutenção.

### **Níquel**

A produção de níquel da Vale no terceiro trimestre do ano atingiu 72,7 mil toneladas, queda de 4,3% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior. No entanto, em relação ao trimestre imediatamente anterior o aumento foi de 10,2%. No acumulado do ano até setembro a produção de níquel foi a 210,1 mil toneladas, queda de 7,9%.

O aumento da produção de níquel em relação ao segundo trimestre do ano ocorreu especialmente por conta do retorno da produção do segundo forno em Sudbury e ainda pelo forte desempenho em Thompson e Onça Puma.

Sobre o forno de Sudbury, a Vale destaca que foi reconstruído com uma capacidade expandida. “A transição de Sudbury para forno único tem sido muito bem-sucedida, com o novo reprojeto forno já excedendo sua capacidade nominal”, frisa a companhia em seu relatório de produção.

Na operação de Nova Caledônia, operação em que a companhia busca um sócio, a produção chegou em 10,1 mil toneladas no terceiro trimestre deste ano, aumento de 12,2% em relação ao segundo trimestre do ano e um crescimento de 36,5% superior ao visto no mesmo intervalo do ano passado.

### **Cobre**

A produção de cobre da Vale no intervalo de julho a setembro foi a 118,8 mil toneladas, alta de 6,6% em relação ao observado um ano antes. Em relação ao segundo trimestre o aumento foi de 15,7%. De janeiro a setembro a produção de cobre chegou a 330,4 mil toneladas, ligeiro recuo de 0,1%.

**Fonte: IstoÉDinheiro**

**Data: 19/10/2017**



## **NOVAS ALÍQUOTAS PARA MINERAÇÃO GERAM POLÊMICA EM COMISSÃO**

A comissão mista da Medida Provisória (MPV) 789/2017 deve analisar na próxima quarta-feira (25) o projeto de lei de conversão apresentado à proposta, que define novas alíquotas para a incidência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) que irão de 0,2% a 4%. A reunião terá início às 14h30.

Nesta quarta (18), foi concedida vista coletiva ao relatório apresentado pelo deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). O texto define alíquotas de 0,2% (para ouro e diamante, quando extraídos sob o regime de permissão de lavra garimpeira; demais pedras preciosas e pedras coradas lapidáveis); 1,0% (para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais quando destinadas para uso imediato na construção civil, águas minerais e termais, potássio, fosfato e calcário para uso como corretivo de solo); 2% (para ouro, diamante e demais substâncias minerais); 3% (para bauxita, manganês, nióbio e sal-gema); e 4% para o ferro.

O texto estabelece que um decreto presidencial, a ser publicado em até 90 dias a partir da promulgação da lei, definirá critérios para que a entidade reguladora do setor de mineração, mediante demanda devidamente justificada, possa reduzir a alíquota da CFEM do ferro de 4% para até 2%. A medida será adotada para não prejudicar a viabilidade econômica de pequenas minas, exploradas principalmente por pequenas e médias empresas, que explorem jazidas de baixo teor de ferro. Apenas minas de baixo desempenho em razão do teor de ferro, da escala de produção, do pagamento de tributos, da estrutura de custos, do número de empregados ou das condições de mercado farão jus à redução da alíquota da CFEM para até 2%.

Em seu relatório, Pestana manteve o faturamento bruto como base de cálculo da contribuição. Na distribuição da CFEM, 7% irão para a entidade reguladora do setor de mineração; 2,8%, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); 0,2%, para o Ibama; 20%, para os estados produtores; 60%, para os municípios produtores e 10%, para os municípios afetados pela atividade da mineração.

#### **Base de cálculo**

Desde a publicação da Lei 7.990/1989 e de seu regulamento (Decreto 1/1991), iniciou-se uma progressiva judicialização em torno da base de cálculo da CFEM, em face de divergências no entendimento do que seria faturamento líquido, ou seja, quais itens de custo abateriam a base de cálculo. O texto proposto pela MP, em tese, pacifica o entendimento sobre o tema.

Na elaboração do relatório, Pestana disse que considerou a segurança jurídica e a viabilidade política, a fim de “clarear ao máximo áreas sombrias do texto” para que não haja questionamento jurídico da matéria, além dos legítimos direitos dos estados mineradores e municípios afetados e a competitividade das empresas mineradoras.

- Não tenho nenhum viés antiempresarial. Ainda que reconhecendo que a base de cálculo não é ideal, o ideal seria por jazida por mina, foi mantido o conceito que veio na MP. Nas alíquotas, chegou-se a uma calibragem justa, com redução das alíquotas para minérios agregados à construção civil, agronegócio e turismo associado a águas termais e minerais. No caso de minério de ferro, não vi sentido na escala de alíquotas. Estabelecemos alíquota única de 4%. A lógica econômica tem que ser a mesma para todos. No capitalismo, se o preço de mercado não paga os custos, a empresa fecha, isso ocorre não só na mineração, isso é regra de mercado – afirmou Pestana.

No caso do diamante, Pestana disse que o rebaixamento foi motivado por uma situação concreta, que envolve a exploração profunda em escala industrial de diamante na Bahia e em outras regiões em curso.

- Trouxemos investidores estrangeiros e a regra do jogo era 0,2%. De repente, a MP fez uma variação grande, de 3%, correta do ponto de vista internacional, mas o Brasil tem problemas de estabilidade regulatória, o investidor estrangeiro não entende isso. Lá na frente podemos rever isso e ter outro tipo de alíquota – afirmou.

### **Mineração**

Crítico da MP, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) reiterou que a mineração gera US\$ 25 bilhões por ano, 33% da balança comercial e mais de dois milhões de empregos no Brasil.

- A alíquota de 4% vai destruir os pequenos e inviabilizar o projeto de mineração da Bahia, que defendo. A MP já era uma paulada na cabeça do setor, um aumento de 60% na arrecadação. O relator resolveu dar um pouquinho mais. A MP dá dinheiro para o estado, dá dinheiro para o município e gera o desemprego - afirmou.

Em resposta, Pestana disse que a MP foi debatida em quatro audiências públicas interativas em Brasília, uma em Belo Horizonte (MG) e uma em Belém (PA), com a participação de empresários, mineradores, garimpeiros, intelectuais e pesquisadores do tema.

- O problema de competitividade da economia não está na CFEM. O relatório está muito equilibrado. Os próprios documentos que a indústria me entregou nortearam a tese que construiu o relatório. Acatei parcialmente a maioria das emendas apresentadas. A CFEM vai dobrar, vai haver incremento de 100%, mas isso depende também do comportamento da economia – afirmou.

**Fonte: Senado Notícias**

**Data: 18/10/2017**



## **CPRM PUBLICA INFORME DE RECURSOS MINERAIS PARA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS, NO MARANHÃO**

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) acaba de publicar o Informe de Recursos Minerais sobre Materiais de Construção Civil da Região Metropolitana de São Luís e entorno, no Estado do Maranhão. O estudo apresenta informações sobre áreas de ocorrência e reservas potenciais para mineração. Também oferece parâmetros geológicos para futuros trabalhos de ordenamento territorial no Estado do Maranhão, propiciando interface entre urbanização e exploração mineral.

No total, dez áreas potencialmente favoráveis à exploração de brita, areia, cascalho, saibro, material de empréstimo, e argilas para cerâmica vermelha e industrial foram identificadas. O trabalho abrange a Região Metropolitana de São Luiz (municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Rosário, Bacabeira e Santa Rita), além dos municípios de Axixá, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Cachoeira Grande e Itapecuru Mirim, localizados no entorno dessa Região Metropolitana.

Foram descritas e cadastradas 102 ocorrências minerais, classificadas como ocorrências, depósitos, minas ativas ou paralisadas. Com a finalidade de definir a melhor aplicabilidade desses insumos na construção civil, o estudo apresenta a caracterização tecnológica das areias (análises granulométricas), argilas vermelhas (ensaios cerâmicos) e rochas utilizadas como brita (ensaios tecnológicos e análise petrográfica).

Conforme relata o chefe da Divisão de Minerais Industriais (DIMINI), Vanildo Mendes, o informe conta com um capítulo sobre os impactos ambientais decorrentes da atividade minerária, com indicações quanto à sustentabilidade da produção mineral e atendimento da demanda futura. “Além de ser um instrumento para formulação de políticas públicas, este produto pode auxiliar na atração de investimentos no setor mineral, o que é fator importante para retomada do crescimento econômico, geração de emprego, renda e desenvolvimento social, sempre considerando a questão da sustentabilidade e respeito ao meio ambiente”, avaliou.

O informe contém ainda análise de aspectos socioeconômicos e de infraestrutura, contexto geológico, potencial mineral e perfil dos insumos para construção civil, tipologia dos depósitos, métodos de lavra e beneficiamento, mineração e meio ambiente, direitos minerários, aspectos mercadológicos e legislação. O informe também contém os mapas Geológico, de Potencialidades Minerais e Zonas de Preservação, de Recursos Minerais e de Direitos Minerários, todos em escala 1:250.000. A publicação está disponível em <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/18144>.

**Fonte: CPRM – ASCOM**

**Data: 17/10/2017**



## **ÁREA RECUPERADA APÓS EXTRAÇÃO DE BAUXITA GERA TERRENOS FÉRTEIS**

*A mineração de bauxita na Zona da Mata de Minas Gerais gera mudanças na paisagem e economia das cidades onde está presente. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) enfrentou a resistência de agricultores da região ao propor a mineração em suas terras, no entanto o resultado da recuperação das áreas com pasto, mata nativa e café agrada os fazendeiros e especialistas*

Em um trecho de 38 km largura e 300 km de extensão, nos morros que existem na região da Zona da Mata, estima-se que exista uma reserva no entorno de 150 milhões de toneladas de bauxita.

O agricultor Gilmar Ribeiro acompanha o trabalho que está sendo feito nas terras que arrendou para a CBA em São Sebastião da Vargem Alegre. Os quatro hectares onde ele tinha pasto e cabeças de gado ficaram irreconhecíveis. “Por um lado, a gente assusta, a gente não estava acostumado, não esperava assim, de tanto barranco assim”, declara.

A remuneração acima da média é o que tem atraído os agricultores e feito com que eles permitam a extração nas suas propriedades. O valor depende da quantidade de bauxita na área e da atividade que se tinha na terra. A empresa ainda promete recuperar o terreno depois.

"O processo de lavra leva, em média, de um mês até cinco meses. O processo de lavra realmente é muito rápido e depois vem o processo de reabilitação que aí sim leva em torno de três a quatro anos", diz o engenheiro de minas da CBA, Christian Fonseca de Andrade.

Do local da extração é tirada a vegetação, removida toda a terra da superfície até chegar ao minério que está mais para baixo. Nessa região do Brasil, a bauxita geralmente é encontrada a uma profundidade que varia de 50 centímetros a dois metros.

A formação da bauxita se deu há bilhões de anos basicamente com os altos e baixos da temperatura, as variações de umidade e a ação do vento. O agrônomo Ivo Ribeiro, especialista em solos da Universidade Federal de Viçosa, diz que, por conta dessas intempéries, onde há bauxita, a terra é naturalmente fraca. "O ambiente tropical úmido, chuvoso, favorece a perda desses nutrientes, isso auxilia na formação bauxita. Ou seja, a ocorrência do próprio minério bauxita está condicionada à perda dos nutrientes", afirma.

O trabalho de extração, no campo, resulta numa montanha de argila, areia e bauxita. O material que ainda é bruto, vai passar por um processo de beneficiamento para separar o minério que representa 50% do total desse volume.

Na usina da CBA, em Mirai, uma sequência de esteiras se encarrega de fazer o trabalho. O que é descartado, fica na barragem de rejeito e a bauxita que jorra no final do processo ainda vai seguir para uma fábrica no estado de São Paulo. De cada 12 toneladas de bauxita que saem do local é possível fazer uma de alumínio.

### **Recuperação**

No intuito de reparar a degradação gerada pela mineração de bauxita, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) vem acompanhando um trabalho de recuperação nas propriedades da Zona da Mata de Minas Gerais. E o resultado tem gerado renda para o agricultor e devolvido à floresta em áreas mineradas.

Segundo o agricultor Marcílio Pacheco, ele era contrário a mineração em sua propriedade. Ele só permitiu a atividade no local depois de muita conversa com os familiares. A decisão que o agricultor tomou há sete anos mudou a realidade de, pelo menos, dez hectares da propriedade.

A bauxita que tinha na área foi retirada e Pacheco recebeu o pasto todo recuperado. No lugar do capim gordura foi plantado o braquiário. Segundo ele, hoje a propriedade triplicou o número de cabeças de gado. Para ele, até a saúde dos animais melhorou. Com a recuperação do terreno do agricultor, a área passou a valer mais: de R\$ 3 mil o hectare para R\$ 18 mil o hectare.

Desde que a UFV passou a se envolver com o trabalho de recuperação das áreas mineradas, amostras de solo começaram a ser analisadas em várias frentes de pesquisa. Uma delas, visa estudar a capacidade de regeneração dos locais que foram totalmente mexidos durante o processo de extração da bauxita.

Na área florestal, a coordenação do estudo está sob a responsabilidade do professor Sebastião Venâncio. O que nasceu no local é fruto do que já havia na camada mais superficial da terra de onde foi retirada a bauxita. O chamado solo rico. "É difícil você encontrar uma área com plantio de mudas apenas que dê um resultado como esse. O manuseio é muito bem feito", diz Venâncio.

A extração que a pesquisa tem aprovado é feita em várias etapas: primeiro se tira o solo rico, com o cuidado de amontoar porque ele será usado mais tarde. Depois, vem a remoção da bauxita, o que pode reduzir bastante o topo do morro.

Já o trabalho de recuperação começa com o ajuste topográfico, que acerta o relevo em seu novo desenho. Logo em seguida, vem a escarificação, para descompactar o solo e permitir a penetração de água e nutrientes. Daí o solo rico que foi amontoado no início do processo, é espalhado em todo o terreno. Por fim, é feito o terraceamento com as curvas de nível e a correção com calcário, fosfato e cama de frango.

Com a retirada da bauxita, a nova estrutura do solo fica dividida. Na parte de cima, a parte rica, fértil, e até mais escura. Logo abaixo, o chamado saprolito, uma camada pouco nutritiva, pobre e que nunca tinha sido mexida antes do processo de recuperação.

Em uma área experimental, a universidade, juntamente com a mineradora, vem acompanhando o desenvolvimento do café, uma tradicional cultura na região e que é bastante exigente em nutrição.

Em outro talhão, está sendo testado o cultivo do eucalipto, outra cultura bastante presente nas propriedades da Zona da Mata de Minas Gerais. A nova estrutura do solo também tem dado conta de aguentar espécies mais densas, originárias das florestas nativas da região.

### **Resistência**

Belisário, distrito da cidade de Muriaé, é um dos locais na Zona da Mata de Minas Gerais que possui resistência à atividade de mineração. O distrito está localizado na Serra do Brigadeiro, onde há também grandes reservas de bauxita. No início deste ano, Frei Gilberto teria sido ameaçado por ser declaradamente contra a mineração na região. No mês passado, uma audiência pública foi realizada em Muriaé para debater a atividade e, convidada, a CBA não compareceu.

**Fonte: Notícias de Mineração**

**Data: 23/10/2017**



## **PROJETO SOBRE BARRAGENS DE REJEITOS TEM NOVO SUBSTITUTIVO**

*Licenças simultâneas nas fases de licenciamento ficam proibidas, assim como novas barragens com alteamento a montante*

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) apresentou, em 1º turno, novo substitutivo para o Projeto de Lei (PL) 3.676/16, que trata do licenciamento ambiental e da fiscalização de barragens no Estado. O parecer aprovado nesta quinta-feira (19/10/17) incorporou sugestões de parlamentares, órgãos públicos, entidades e movimentos organizados para tornar mais rígido o controle desses empreendimentos e

evitar novos desastres como o da Barragem de Fundão, em Mariana, na Região Central do Estado.

De autoria da Comissão Extraordinária das Barragens da ALMG, o PL 3.676/16 passou a tramitar com várias outras proposições anexadas, entre as quais uma de iniciativa popular. Por essa razão, o relator da matéria e vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Thiago Cota (PMDB) avaliou que esse será um novo marco regulatório para o setor, mais rigoroso, uma vez que a legislação atual foi insuficiente para impedir desastres. “Quem ganha é a população mineira”, frisou.

### **Inovação**

O relator destacou na proposta a obrigatoriedade de busca de alternativas técnicas às barragens de contenção; a proibição de novas barragens com o método conhecido por alteamento a montante (como o da Barragem de Fundão); e o fim das licenças concomitantes para as várias fases do licenciamento ambiental. São três as etapas de liberação: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Audiência pública deverá ser realizada antes da análise do pedido da LP.

O projeto também detalha o Plano de Segurança da Barragem e exige sua apresentação junto com pedido da LO. Prevê, ainda, a elaboração e implantação de Plano de Ação de Emergência e impõe ao empreendedor a contratação de seguro de responsabilidade civil ou semelhante, com o propósito de garantir a obrigação de recuperação do meio ambiente. Em caso de descumprimento da lei que resulte em desastre ambiental, a multa administrativa poderá ser majorada em até cem vezes.

“Temos o dever de promover técnicas mais modernas de construção de barramentos e alternativas viáveis e mais benéficas ambientalmente para tal”, salientou o relator, lembrando que Minas Gerais é o Estado que apresenta o maior número de barragens de rejeitos ou resíduos industriais ou de mineração no País, segundo a Agência Nacional de Águas. O presidente da comissão, deputado Glycon Franco (PV), também celebrou que avanços tão significativos já tenham surgido durante o 1º turno.

### **Mulheres terão atenção especial**

O relator acatou proposta de emenda da deputada Marília Campos (PT), de forma a contemplar, no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), os aspectos relacionados às condições sociais e econômicas das mulheres. Essa questão foi debatida na ALMG no último mês de agosto. Pela proposta, as mulheres terão espaço e tempo em audiências públicas realizadas no âmbito do licenciamento ambiental das barragens.

Outras sugestões da deputada também foram consideradas no parecer, como o fim da licença concomitante para as fases de licenciamento. Porém, o relator solicitou que a deputada retirasse a proposta de fim das licenças prévias ad referendum, para que o assunto seja aprofundado em debates. Essas licenças são concedidas de forma provisória, para serem aprovadas posteriormente por um conselho.

Marília Campos acatou o pedido, mas ponderou que manter essa licença é uma contradição, “uma incoerência com um novo marco legal que se pretende mais rigoroso”. Segundo ela, esse mecanismo também expõe o Executivo, que pode dar uma licença sem conhecer de forma profunda e com rigor técnico todos os impactos do empreendimento. “Ad referendum pode ser ad aeternum”, ironizou, enfatizando que, enquanto isso, o projeto vai sendo implantado. A parlamentar prometeu reapresentar a proposta de emenda no 2º turno.

### **Norma abarca reservatórios temporários**

Por definição, o PL 3.676/16 abarca barragens destinadas à acumulação ou à disposição final ou temporária de rejeitos ou resíduos industriais ou de mineração que apresentem ao menos uma das seguintes características: altura do maciço maior ou igual a 15 metros; capacidade total do reservatório maior ou igual a 3 milhões de metros cúbicos; reservatório com resíduos perigosos; ou potencial de dano ambiental médio ou alto.

A área a jusante das barragens onde não deverá haver ocupação humana ou manancial destinado ao abastecimento público será definida no momento do licenciamento ambiental, para que as variáveis de cada empreendimento possam ser consideradas.

### **Competências**

Ainda de acordo com o novo texto, o licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens competem aos órgãos e às entidades do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), em articulação com os órgãos e entidades responsáveis pela execução da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), estabelecida pela Lei Federal 12.334, de 2010. Essa norma prevê, por exemplo, o compartilhamento de informações e ações de fiscalização.

Caberá ao órgão ou entidade competente do Sisema manter cadastro atualizado das barragens instaladas no Estado, classificadas conforme seu potencial de dano ambiental, segundo critérios do PNSB. Elas comporão um inventário que será atualizado e publicado anualmente. Estudos, planos e relatórios do empreendedor também poderão ser revistos por profissional independente e previamente credenciado, se assim determinar o órgão competente, a partir da análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

### **Tramitação**

O projeto de lei já pode ser analisado agora pela Comissão de Desenvolvimento Econômico.

[Consulte o resultado da reunião.](#)

**Fonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais**

**Data: 19/10/2017**



## **BRASIL TERÁ DOIS NOVOS PROJETOS DE ÓXIDOS**

Nos próximos anos, dois novos projetos para produção de terras raras devem entrar em operação no País, conforme apresentações feitas pelas empresas no IV Seminário Brasileiro de Terras Raras, promovido pelo IPT e Escola Politécnica da USP em São Paulo, nos dias 17 e 18 de outubro.

A Mineração Terras Raras S.A., de capital nacional, planeja colocar em operação o Projeto Morro do Ferro, que prevê a implantação de uma mina a céu aberto e instalações de processamento para produção de óxidos de terras raras no município de Poços de Caldas (MG), onde tem uma jazida com 3,5 milhões de toneladas de minério

com teor médio de 3,9% de óxidos de terras raras (Praseodímio, Neodímio, Disprósio e Európio), o que equivale a 138.500 t de óxidos.

Segundo Elmer Prata Salomão, diretor da empresa, ela possui direitos minerários em uma área de 300 hectares, conhecida desde 1934 e que foi explorada para urânio, tório e terras raras entre 1956 e 1981. Para melhor conhecimento do potencial geológico, já foram realizados 5 mil metros de perfuração.

O diretor explica que, por não ter cobertura de estéril, a jazida possibilita a implantação de uma mina a céu aberto com desmonte mecânico, sem a necessidade do uso de explosivos. Um dos pontos positivos do depósito é o baixo teor de radioatividade, geralmente um complicador na lavra das terras raras. O minério do Morro do Ferro tem apenas 0,5% de tório e menos de 55 ppm (partes por milhão) de urânio.

A Mineração Terras Raras enviou amostras do minério para a SGS no Canadá, que realizou estudos de beneficiamento e hidrometalurgia para determinar o fluxograma, tendo sido definida a viabilidade de um processo envolvendo cura ácida, lixiviação, tratamento com cálcio e magnésio e com taxa de recuperação acima de 80%.

Atualmente está em andamento o projeto conceitual da mina, o estudo do escopo do projeto, o licenciamento ambiental e o planejamento de uma planta piloto para testar o processo.

O valor atual dos óxidos a serem produzidos em Morro do Ferro está entre US\$ 12,80 e US\$ 13,00 o quilograma.

### **Mineração Serra Verde**

O segundo empreendimento, que já está mais adiantado, é o da Mineração Serra Verde que, se tudo correr conforme o planejado, em 2019 ou 2020 deverá estar colocando em operação o seu projeto de Terras Raras em Minaçu (GO), um empreendimento que exigirá, na implantação de sua primeira fase, um investimento da ordem de US\$ 170 milhões, segundo o CEO da empresa, Luciano Freitas Borges, que também apresentou o projeto no IV Seminário Brasileiro de Terras Raras. Até agora o grupo que controla a Serra Verde, a Mining Ventures Brasil, já investiu na empresa em torno de US\$ 60 milhões de um total de US\$ 120 milhões investidos em atividades de exploração mineral no País.

Atualmente a empresa já obteve a LP (Licença Prévia) e se prepara para dar início aos trabalhos de engenharia e obtenção da LI (Licença de Instalação). Como parte dos requisitos para obtenção da LP, a Serra Verde realizou uma audiência pública, no primeiro semestre de 2017, na qual foi surpreendida pelo grande número de pessoas interessadas em saber mais detalhes do empreendimento. Segundo Luciano Borges, a empresa preparou-se para atender a cerca de mil pessoas na audiência e apareceram três a quatro vezes mais do que o previsto.

A Serra Verde Pesquisa e Mineração Ltda. (MSV), é uma empresa que surgiu de um projeto iniciado pela Mining Ventures Brasil, uma companhia controlada pela Denham Capital Management LP, que é especializada no desenvolvimento de projetos de exploração de recursos naturais, com participação minoritária da Arsago Mining Capital (BVI) Ltda., um grupo suíço com foco em empreendimentos no Brasil.

“Nosso depósito mineral, provavelmente o maior depósito de terras raras em argilas iônicas do Hemisfério Ocidental, está localizado no norte do Estado de Goiás, em áreas dos Municípios de Minaçu (a maior parte), Trombas e Montividiu do Norte. Nosso objetivo é nos tornarmos uma referência internacional de fornecimento de Terras

Raras de alta qualidade e produzidas com respeito ao meio ambiente, visando ao atendimento da crescente demanda global por esses metais e à busca de alternativas de fornecimento fora da China, que hoje controla a oferta de terras raras ao mercado global, de forma quase monopolística”, disse Luciano Borges.

O depósito da Serra Verde possui recursos de 911 milhões de toneladas, com 0,12% de óxidos de terras raras, principalmente Praseodímio, Neodímio e Térbio. Um estudo de pré-viabilidade, concluído em 2014, apresentou reservas de 350 milhões de toneladas de minério com 0,15% de óxidos de terras raras, permitindo uma vida útil da mina de 22 anos, com produção anual de 10 mil toneladas de elementos de terras raras contidos nos concentrados.

**Fonte: Brasil Mineral**

**Data: 19/10/2017**



## **TÚNEL NA LUA DESCOBERTO POR SONDA JAPONESA PODE VIR A ABRIGAR BASE LUNAR**

Os cientistas japoneses do Instituto do Espaço e Estudos Astronômicos da Agência Aeroespacial do Japão (JAXA, na sigla em inglês) descobriram na Lua uma espécie de túnel gigantesco que pode ser o lugar apropriado para a construção de uma base lunar.

“Os dados foram recebidos pela sonda Kaguya que foi enviada à Lua em 2007 e durante um ano e meio recolheu informação. Contudo, na época não tínhamos a possibilidade de fazer tal análise”, esclareceu uma representante da JAXA à Sputnik News.

“Isto se tornou possível a este nível tecnológico. Verificamos que na região das Colinas de Marius fica uma cratera com um raio de 50 metros e com a mesma profundidade, que está ligada a uma cavidade subterrânea com várias dezenas de quilômetros de comprimento”, completou.

Ao medir os índices de radiação e temperatura, os cientistas verificaram que o “túnel” permite proteger possíveis futuros habitantes das mudanças drásticas de temperatura e de radiação, bem como da queda de meteoritos. Todos esses fatores são considerados um grande obstáculo à criação de uma base lunar, adicionou a JAXA.

Além disso, os cientistas consideram que a cavidade, que foi formada como resultado do fluxo de lava vulcânica na Lua, pode esconder provas de que antes no satélite da Terra existiam polos magnéticos, podendo ainda ser encontradas as assim chamadas substâncias voadoras, incluindo água, ou seus vestígios, segundo informações do The Japan Times.

A cratera (na época se considerava que o seu raio era de 80 metros) foi descoberta em 2009. Existiam hipóteses de que ela pudesse levar a um sistema de “túneis”, mas não havia provas.

Agora, ao comparar os dados recebidos pela sonda, os cientistas conseguiram verificar que tais “túneis”, que têm saída para a superfície da Lua, são

poucos e que é um fenômeno raro. Ao mesmo tempo, os especialistas conseguiram calcular a profundidade do “túnel”: ele varia entre dez e 100 metros.

“A descoberta foi feita há pouco, ainda não há planos concretos quanto à sua utilização, mas achamos que tais vantagens como a possibilidade de proteger as pessoas e o equipamento da radiação e queda de meteoritos dão fundamentos para usar o “túnel” no futuro como plataforma para construção da base”, informou a agência.

“Mas, por enquanto, é cedo para falar sobre os prazos: sabemos muito pouco sobre o que se passa dentro do túnel”, finalizou.

**Fonte: Ciberia**

**Data: 18/10/2017**

# Bloomberg

## LEI DA DITADURA BLOQUEIA USO DE RESERVAS DE LÍTIO NO CHILE

Uma agência nuclear pouco conhecida, designada para funcionar como órgão fiscalizador do lítio do Chile há 38 anos, durante a ditadura militar, tem a chave para abrir as portas das enormes reservas do país em meio ao boom nascente dos carros elétricos.

A Comissão Chilena de Energia Nuclear (CCHEN, na sigla em espanhol), autoriza as cotas e as exportações de lítio baseando-se em uma decisão de 1979 que declarou o lítio como "estratégico" porque se pensava que era um elemento-chave dos processos nucleares.

O governo não tem planos para retirar da CCHEN a responsabilidade de emitir permissões para a extração de lítio apesar de as autoridades estarem trabalhando em um novo marco regulatório para um setor que tem dificuldades para acompanhar o ritmo da demanda crescente de baterias recarregáveis. As regras mais favoráveis para os investidores na Argentina desviaram uma parte do interesse do Chile.

Jaime Alée, professor que dirige o Centro de Inovação do Lítio em Santiago, não vê nenhuma razão técnica pela qual o lítio deva ser considerado estratégico e nenhum motivo para a CCHEN controlar a extração e as vendas. O lítio é encontrado em vários países, mas apenas no Chile e na Bolívia é exigida uma autorização especial, disse ele.

"Isso não faz sentido", disse Alée. "Mas mudar essa situação significa mudar a lei, o que poderia levar de três a quatro anos e não há tempo para isso. Portanto, a opção mais prática é trabalhar com o que existe."

### **Demanda**

O foco do setor passou dos reatores às baterias, graças às iniciativas de fabricantes de veículos como a Tesla para levar veículos elétricos ao mercado de massa.

No Chile, os produtores de lítio precisam obter uma licença da CCHEN e do Ministério da Mineração. O ministério não outorga permissões há mais de duas décadas e a CCHEN só aprovou cotas novas para duas empresas já estabelecidas, a Albemarle e a Soc. Química & Minera de Chile, e para a produtora estatal de cobre, a Codelco.

Muitos possíveis agentes novos aguardam a divulgação das novas regras sobre o lítio para solicitar licenças. Mas a função da agência nuclear não mudará.

"Não faremos alterações na CCHEN no curto prazo", disse a ministra da Mineração, Aurora Williams, no mês passado em uma entrevista. "Nós achamos razoável que a CCHEN verifique as cotas de extração de lítio, assim como as transações."

#### **Sem critérios**

Em um país sem usinas nucleares, a função principal dos mais de 300 funcionários da agência é supervisionar o uso de material radiativo nos hospitais e no setor alimentar.

A agência preferiu não responder às críticas sobre o status estratégico do lítio e sobre sua função na emissão de autorizações.

A CCHEN não possui um conjunto de critérios para quem solicita licenças. Ela apenas pede às empresas que apresentem informações legais e técnicas, disse Patrício Aguilera, diretor executivo da agência, em resposta por e-mail a perguntas. Os termos para as diversas licenças não são necessariamente comparáveis porque eles dependem dos registros apresentados por cada empresa, disse ele.

"As regras não são claras, aconteceram coisas estranhas e inexplicáveis nesses processos", disse Alée. "Eu acho essa situação não pode durar muito, mas para mudar é preciso haver vontade política."

**Fonte: Bloomberg**

**Autora: Laura Millan Lombrana**

**Data: 17/10/2017**

## **ESTADO DE MINAS**

### **PELA PRIMEIRA VEZ, VALE TERÁ NOMES INDEPENDENTES NO CONSELHO**

A Vale terá pela primeira vez nomes independentes em seu conselho de administração, com a eleição de Sandra Guerra e Isabella Saboya em assembleia realizada ontem. Os acionistas também aprovaram a conversão das ações preferenciais (PN) em ordinárias (ON, com direito a voto), deixando a mineradora mais perto do Novo Mercado, o segmento com exigências mais rigorosas de governança corporativa da B3 (antiga BM&F Bovespa).

Entre elas estão a presença de ao menos 20% de independentes no conselho e a existência de uma única classe de ações. A adesão ao Novo Mercado é um dos passos previstos no processo de reestruturação societária da Vale, no qual a companhia se tornará uma "corporation" (empresa de capital disperso, sem controlador definido).

Com a eleição de Sandra e Isabella, indicadas pela gestora britânica de recursos Aberdeen, a mineradora passa a ter três mulheres no conselho. Além delas, ocupa uma das 12 vagas a diretora do Bradesco Denise Pavarina.

Especialistas na área de governança corporativa, as novas conselheiras tomam posse em 26 de outubro. As duas venceram com folga. Na eleição em separado - que exclui os controladores - Sandra Guerra recebeu 62,7% dos votos, em disputa com o advogado Marcelo Gasparino, indicado por grupo liderado pelo fundo Geração Futuro L. Par, do empresário Lírio Parisotto.

Já Isabella recebeu 96,6% dos votos válidos na eleição majoritária disputada com Ricardo Reisen, conselheiro de empresas como Oi e Light. Foram expressivos 1,7 bilhão de votos, com apoio dos controladores da Vale ao nome. A exceção BNDES, que se absteve.

Apesar da extinção da Valepar, holding que reunia o bloco de controle da empresa, seus antigos participantes permanecem como acionistas majoritários com 44% das ações ON e ainda têm a maior influência na indicação do conselho. O grupo é formado por fundos de pensão estatais reunidos na Litel (Previ, Petros, Funcef e Funesp), BNDESPar, Bradespar e Mitsui.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse que a aprovação na assembleia especial seria o último obstáculo para a migração para o Novo Mercado, que pode ocorrer ainda em 2017. "Conseguimos chegar a este estágio com muita antecedência em relação ao prazo esperado inicialmente. Agora estamos prontos para uma nova fase: transformar a Vale numa 'true corporation', garantindo aos acionistas as melhores práticas de governança", disse.

**Fonte: Estado de Minas**

**Autora: Mariana Durão**

**Data: 19/10/2017**



## **INB AUMENTA CAPACIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO**

*A Indústria Nucleares do Brasil (INB) protocolou um pedido para a expansão da capacidade instalada para enriquecer urânio, etapa que contará com a implantação de 12 módulos adicionais, cada um com três cascatas ultracentrífugas. A empresa, no entanto, ainda é insuficiente na produção de urânio*

Em julho, a INB entregou à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) o Relatório Preliminar de Análise de Segurança (RPAS) com o objetivo de obter a obtenção da Licença de Construção para a 2ª Fase de implantação da Usina de Enriquecimento.

Para atender à necessidade das duas usinas nucleares em operação no Brasil, Angra 1 e 2, a INB precisa de 400 toneladas de urânio. "Hoje, a INB não consegue produzir esta quantidade. É preciso comprar no exterior", afirma a empresa, em e-mail enviado ao Notícias de Mineração Brasil (NMB).

A INB espera passar a ser suficiente na produção de urânio nos próximos anos, com a retomada da produção de urânio em Caetité (BA) e com a conclusão do processo de licenciamento do seu novo empreendimento no município de Itataia, no Ceará, em parceria com a Galvani Mineração, no qual capacidade de produção de urânio será de 1.200 t/ano.

"A nossa usina de enriquecimento de urânio, localizada em Resende (RJ), enriquece tanto o urânio que vem do exterior quanto o produzido no Brasil, em Caetité (BA), a única mina em operação hoje no país", diz a INB.

O processo de licenciamento nuclear de uma instalação é dividido em três fases junto ao órgão regulador CNEN: a Licença de Local concedida a partir da análise do Relatório de Local; a Licença de Construção concedida a partir da análise do RPAS; e a

Autorização para Operação concedida a partir da análise do Relatório Final de Análise de Segurança (RFAS).

No caso do enriquecimento, a INB já tem a Licença de Local tanto para a 1ª quanto para a 2ª etapa de implantação. Para a 1ª fase, existem ainda a Licença de Construção e a Autorização de Operação para 6 cascatas das 10 previstas.

"Antes o enfoque era predominantemente estratégico, agora estamos, também, considerando o lado comercial/econômico. A implantação da Uceu [Usina Comercial de Enriquecimento de Urânio] dará uma rentabilidade muito grande para a INB. O investimento inicial é alto, mas o custo operacional é baixo", declara Ezio Ribeiro, superintendente de Enriquecimento Isotópico da INB. Com a Uceu, a unidade de Resende passará a ter três instalações no mesmo sítio.

"Todos os recursos investidos, desde o início deste empreendimento, são provenientes do Tesouro Nacional", diz o diretor Técnico de Enriquecimento Isotópico, Álvaro Alves Pinto. "A implantação da usina de enriquecimento, na FCN, é um investimento do Governo Federal na criação de uma capacitação nesta empresa, a partir de uma decisão Presidencial. Cabe ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), desenvolvedor da tecnologia de enriquecimento isotópico de urânio por ultracentrifugação, fornecer à INB as ultracentrífugas, as cascatas e os sistemas supervisórios, além de apoiar-nos com uma imprescindível assistência técnica", afirma.

O RPAS foi desenvolvido com os recursos humanos da INB. Foram cinco anos de elaboração do documento e 25 pessoas diretamente envolvidas no processo. A previsão é receber a licença de construção até 2020, antes da conclusão da primeira fase de implantação.

O próximo passo no licenciamento da segunda fase é a entrega do Termo de Referência ao Ibama, o que deverá ocorrer até novembro deste ano, com vistas à obtenção da Licença de Instalação, equivalente à Licença de Construção da CNEN, só que no âmbito ambiental.

### **Usina de Enriquecimento**

A Usina de Enriquecimento atualmente dispõe de seis cascatas de ultracentrífugas comissionadas e em plena operação. Isso corresponde a uma capacidade de atender a 40% da demanda de Angra 1. A sétima cascata, a primeira do módulo 3, deverá entrar em operação até o final deste ano. Com isso, haverá um aumento de 25% da produção de urânio enriquecido, dando condições à INB de produzir cerca de 50% do necessário para uma recarga anual de Angra 1.

As restrições orçamentárias que, no passado, impactaram tão negativamente no desenvolvimento deste empreendimento estratégico para a INB, estão novamente impondo severas restrições ao ritmo das atividades. "Apenas em 31 de julho passado houve provisionamento de recursos orçamentários do Tesouro Nacional destinados a este projeto. A partir dessa liberação, houve algum progresso na liberação de recursos financeiros para o pagamento de despesas. Para 2018, vislumbra-se um cenário ainda mais desfavorável em termos orçamentários e financeiros", diz o diretor técnico da INB.

"Estamos cientes da situação atual. Isto não nos desanima. Um empreendimento deste porte e complexidade sempre está sujeito a este tipo de dificuldade. Estamos trabalhando para buscar alternativas que impeçam a interrupção completa das atividades e a consequente desmobilização de empresas e equipes

técnicas envolvidas neste empreendimento. O prejuízo será enorme se isso ocorrer. Todos estão cientes disso. Não há um otimismo inocente, nem um pessimismo derrotista. Sabemos que tudo depende de nosso trabalho. E assim temos agido", afirma.

**Fonte: Notícias de Mineração**

**Data: 23/10/2017**



## LAYOFF DA SAMARCO SERÁ PRORROGADO

Após se reunirem hoje (18 de outubro), a Samarco e os sindicatos Metabase (Mariana/MG) e Sindimetal (ES) concordaram com a prorrogação da suspensão dos contratos de trabalho (layoff) por mais cinco meses, de 1º de novembro de 2017 a 31 de março de 2018. A empresa está com as atividades paralisadas há quase dois anos, desde o rompimento da barragem de Fundão. Caso a proposta seja aprovada pelas assembleias de trabalhadores, os empregados que continuarem em layoff terão os direitos atuais garantidos, recebendo o valor correspondente à sua renda líquida mensal. O atual período de layoff teve início em 1º de junho deste ano.

Desde que as atividades da Samarco foram paralisadas, a empresa recorreu a vários mecanismos legais, tais como licença remunerada, férias coletivas e suspensão dos contratos de trabalho. Hoje, a empresa tem cerca de 1.800 empregados próprios, dos quais cerca de 800 estão com os contratos suspensos.

Para voltar a operar, a Samarco precisa obter duas licenças ambientais. A empresa já protocolou, junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad), o pedido de Licenciamento Operacional Corretivo (LOC) do Complexo de Germano e o pedido de licença para disposição de rejeitos na Cava de Alegria Sul. Os processos de licenciamento ambiental estão em andamento e não há data prevista para a retomada das operações.

**Fonte: In The Mine**

**Data: 18/10/2017**



## PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NO MINAS-RIO TEM QUEDA DE 6%

*A produção de minério de ferro da Anglo American caiu 4% no terceiro trimestre ante igual período do ano passado, para 15,7 milhões de toneladas. No empreendimento Minas-Rio, a produção diminuiu 6% na mesma comparação, a 4,2 milhões de toneladas, mostram dados do relatório trimestral de produção*

Na Kumba Iron, que fica na África do Sul, a produção de julho a setembro foi de 11,5 milhões de toneladas, ou seja, 2% abaixo do volume de 11,8 Mt no trimestre anterior. De janeiro a setembro, a produção total foi 13% maior do que nos nove

primeiros meses de 2016. No Minas-Rio, a produção acumulada é de 12,8 Mt, 14% acima da de 2016. Os volumes são medidos em base úmida.

As faixas de meta para as minas da Kumba Iron Ore tiveram novo aumento e agora vão de 42 Mt a 44 Mt devido ao aumento contínuo da produtividade no complexo Sishen.

"Nós entregamos mais um forte resultado de produção em nossos negócios. A produção da Grosvenor [carvão] aumentou à medida que os novos procedimentos operacionais foram implementados, enquanto Gahcho Kué [diamante] e Minas-Rio continuam a dar contribuições positivas. Aumentamos ainda mais a meta de produção no Kumba Iron Ore à medida que continuamos a melhorar a produtividade. Na platina, tomamos as medidas necessárias para remover a produção não lucrativa à medida que nos concentramos em valor e não em volume", disse Mark Cutifani, CEO da Anglo American, em nota.

A produção de cobre da Anglo subiu 5%, para 147.300 toneladas e foi atribuído ao maior volume de minério extraído e ao aumento do teor. Enquanto que a de platina ficou estável, em 621 mil onças, e a de níquel recuou 1%, a 11.200 toneladas.

**Fonte: Notícias de Mineração**

**Data: 24/10/2017**



## **CONHEÇA 8 CURIOSIDADES SOBRE A MINERAÇÃO NO BRASIL COLONIAL**

Você sabe onde foram encontrados os primeiros diamantes no Brasil? E como surgiu a expressão Santo do pau oco? A história da mineração no Brasil Colonial envolve uma série de fatos interessantes. Veja abaixo oito curiosidades sobre o período:

1. E não é que, com a chegada da mineração no Brasil Colonial, o idioma português substituiu o tupi, tornando-se, assim, a língua mais falada da colônia? Isso porque, devido a essa nova atividade econômica, aumentou o número de portugueses no território. Outra mudança provocada pela mineração colonial foi o deslocamento da capital brasileira de Salvador para o Rio de Janeiro, por ficar mais próximo das minas. Além disso, com a riqueza trazida pela extração de ouro, surgiu uma nova classe consumidora no Brasil Colônia, a classe média brasileira.

2. E onde foram encontrados os primeiros diamantes no Brasil? Na região do rio Jequitinhonha, em 1729. O rio banha os estados de Minas Gerais e da Bahia. O principal centro produtor foi Arraial do Tijuco, atual Diamantina, em Minas Gerais.

3. A mineração colonial foi cenário para a origem de famosos ditados populares. É o caso da expressão Santo do Pau Oco, utilizado para designar pessoas dissimuladas. Como na época os impostos sobre o ouro e outros metais preciosos eram altíssimos, santas de madeira oca eram preenchidas com bens preciosos como ouro em pó. Assim era possível passar pelas Casas de Fundição sem pagar os abusivos impostos à Coroa.

4. Falando em impostos...você sabia que o primeiro imposto no Brasil surgiu no período da mineração colonial? Chamado de quinto, estipulava que 20% da riqueza obtida em cada jazida deveria ser concedida à Coroa Portuguesa. Mas o sistema era

muito vulnerável e acabou sendo substituído, mais adiante, pela finta, que consistia na remessa de 30 arrobas anuais de ouro para a Coroa.

5. Que a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, tem esse nome devido à exploração local de ouro todo mundo sabe. Mas a pergunta que fica é: por que 'preto'? A resposta é simples: o ouro da região era recoberto com uma camada de óxido de ferro, que lhe dava uma tonalidade diferente da normal. Aliás, até 1823, a cidade era chamada de Vila Rica.

6. Graças à mineração colonial, a produção de ouro no Brasil representou metade da produção mundial de ouro entre os séculos XVI e XVIII! E, claro, teve gente que ficou muito rica. Reza a lenda que um escravo chamado Chico Rei conseguiu comprar a própria liberdade e a de outros escravos com o ouro contrabandeado na Mina Encardideira, em Ouro Preto, onde trabalhava.

7. O que a Revolução Industrial tem a ver com a mineração no Brasil Colonial? Muita coisa! O ouro foi levado para Portugal e gerou lucro até para a Inglaterra, que teria financiado a Revolução Industrial com parte das riquezas tiradas da colônia portuguesa. E não foi só lucro que a extração de ouro gerou. Com ela, vieram as artes, representada sobretudo por Aleijadinho, e o intelecto. Crianças de origem portuguesa-brasileira foram enviadas para Portugal para estudar e, quando retornaram ao Brasil, trouxeram as ideias revolucionárias e embrionárias da Revolução Francesa.

8 A mineração colonial mexeu até com o fluxo populacional no território. Com as promessas de riqueza no Novo Mundo, começou uma imigração intensa de portugueses para o Brasil. E a população oficial da colônia pulou de 300 mil pessoas para 3 milhões! Preocupada com o número crescente, a Coroa até estipulou uma lei para tentar gerenciar o fluxo migratório.

**Fonte: Vale**

**Data: 23/10/2017**



[www.geologiadonordeste.com.br/inicio/](http://www.geologiadonordeste.com.br/inicio/)